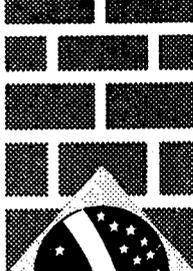


Planalto, Senado e Câmara buscam saída para impasse sobre recesso

SIMONE SALLES

REFORMA



O presidente Fernando Henrique Cardoso se reúne, hoje, com os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, para buscar uma fórmula

regimental que permita o prolongamento dos trabalhos do Congresso até meados de julho, sem a necessidade de uma convocação extraordinária. Nenhum dos três presidentes quer arcar com o ônus da interrupção do recesso, o que implicaria em gastos adicionais ao Tesouro Nacional da ordem de R\$ 9,5 milhões com o pagamento de salários suplementares aos 513 deputados e 81 senadores. O Congresso pretende deixar para o Governo a responsabilidade pela convocação.

A saída para o impasse foi sugerida, ontem, pelo líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB/RS): "Basta atrasar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Sem sua aprovação o Congresso não pode entrar em recesso". Essa, segundo parlamentares, seria uma saída honrosa para o presidente da Câmara e Senado, que até ontem à tarde ainda se manifestavam contra a convocação extraordinária. "Se o presidente (Fernando Henrique) tem um bom motivo para a convocação, então ele que convoque", resumiu o senador José Sarney.

Imagem — A convocação extraordinária do Congresso em Julho, sem uma pauta definida, segundo deputados, teria uma péssima repercussão na mídia. "Como explicaremos um salário a mais sem ter um trabalho que o justifique?", disse um parlamentar. O líder do PMDB, deputado Michel Temer (SP), foi mais direto: "É ruim para o Congresso se autoconvocar, ainda mais agora que está com uma boa imagem junto à opinião pública".

A interrupção do recesso parlamentar também será tema da reunião do presidente Fernando Henrique, hoje, com os líderes do Governo no Congresso, Germano Rigotto, no Senado, Elcio Álvares (PFL/ES); e na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB/SP). O Presidente quer garantir que o Senado vote, antes de agosto, as quatro emendas constitucionais ao capítulo da Ordem Econômica fim do monopólio do gás canalizado; da reserva de mercado na navegação de cabotagem; das diferenças entre empresas nacionais e estrangeiras; e do monopólio das telecomunicações.